

ESAÚ E JACÓ E A TRANSFORMAÇÃO DOS VALORES E COSTUMES NA ÉPOCA DO ENCILHAMENTO

Lenivaldo Gomes de Almeida
PUC-Rio

Resumo: Análise sócio-histórica do romance *Esau e Jacó* (1904), de Machado de Assis, a partir de personagens – Santos, Batista, Nóbrega – que enriqueceram durante o período do encilhamento.

Palavras-chave: Machado de Assis. *Esau e Jacó*. Encilhamento. Narrativa brasileira.

Abstract: Social-historical analysis of the novel *Esau e Jacó* (1904), by Machado de Assis, from the point of view of the characters – Santos, Batista, Nóbrega – who became rich during the period of *Encilhamento* (a period of financial depression in Brazil).

Keywords: Machado de Assis. Encilhamento (a period of financial depression in Brazil). Brazilian narrative.

PANO DE FUNDO

Apesar de a República só ter sido proclamada em 1889, a especulação financeira, a busca desenfreada pelo lucro fácil e pelo enriquecimento a qualquer custo são anteriores a essa data e possivelmente foram inauguradas oficialmente com a “febre das ações” em 1855, ainda sob as barbas do Imperador.

Como observa José Murilo de Carvalho em *Os bestializados*, a liberdade de ações especulativas e da jogatina oficializada na bolsa de valores, sem qualquer peia de valores éticos, foi estendida ao campo da moral e dos costumes: “[...] o que era antes era semiclandestino, sussurrado, adquiriu com a

República, se excetuarmos o governo Floriano, foros de legitimação pública.” (CARVALHO, 1987, P. 27).

Em *Esau e Jacó*, Machado de Assis faz um painel dos últimos vinte anos da monarquia e dos primeiros anos do novo regime. Mesmo sendo o cenário político pano de fundo da narrativa (centrada na família Santos, no conflito entre Pedro e Paulo e na angustiante indecisão de Flora entre os gêmeos), Machado compõe um excelente quadro da moral e dos costumes daquele período da incipiente República Brasileira. A família Santos, a família Batista e o irmão das almas (mais tarde Nóbrega) são exemplos típicos de uma nova classe social que, saindo da periferia do poder, concentram esforços em chegar ao centro decisório da sociedade. Cada um a seu modo, Santos pelo enobrecimento, Batista através da burocracia do Estado, Nóbrega pela ostentação – tem o mesmo objetivo, o poder. O que os diferencia é o grau de consciência e as estratégias que se utilizam para alcançar o objetivo.

A visita de Natividade à cabocla do morro do Castelo; o furto do dinheiro das almas por quem o deveria guardar; a missa mandada rezar por Santos – que, esvaziada do seu sentido litúrgico, lhe serve de espetáculo de ostentação – são atitudes típicas e delimitadoras dos códigos morais e dos costumes que serão norteadores do comportamento dos personagens no decorrer da narrativa.

A FÉ ESCALA MONTANHAS

No primeiro capítulo, Natividade e Perpétua penitenciam-se no morro do Castelo: “o íngreme, o desigual, o mal calçado da ladeira mortificavam os pés às duas pobres donas.” (ASSIS, 1988, P. 19).

Para terem acesso ao mundo transcendente dos espíritos, as duas se dobram ao sacrifício e se lançam por um ambiente pobre e sombrio. Antes de alcançarem o espaço privado da consulta, se expõem publicamente aos olhares dos moradores

e passantes do local. Já na escada que as levará ao lugar da consulta, esbarram com dois homens que, como no coro das tragédias gregas, exteriorizam duas falas comuns na opinião pública e na consciência dialógica dos que recorrem à cabocla:

— Perdem o seu tempo, concluiu furioso, e hão de ouvir disparate...

— É mentira dele, emendou o outro rindo; a cabocla sabe bem onde tem o nariz. (ASSIS, 1988, p. 20)

A exemplo do que ocorre em um dos mais conhecidos contos do autor, “A cartomante”, Machado nos descreve um jogo de linguagem, no qual a cabocla lança expressões genéricas, significantes vazios para que a consulente os preencha, acossada pela angústia da espera – Natividade está grávida – segundo seus desejos.

Longe de revelar, o discurso dissimula. E, numa inversão da hierarquia social, a cabocla é quem manipula a palavra, se utilizando, para isso, das mesmas estratégias retóricas usadas pelos padres com suas parábolas emprestadas à bíblia e pelos políticos com seus ideários copiados aos filósofos ou aos poetas, segundo seus interesses.

A cena da consulta é narrada como se fora um espetáculo de teatro. Machado carrega na tinta, levando o leitor a ver aquele ritual através de um olhar analítico e não emotivo, o olhar distanciado do narrador de terceira pessoa. Essa estratégia fica mais evidente se for considerado que é com esse acontecimento que tem início a narrativa, quando ainda se desconhecem completamente as duas personagens, Natividade e Perpétua, e por elas o leitor não pode estabelecer nenhum tipo de relação de empatia.

Do fato narrado, dois aspectos são bastante significativos, considerando-se a moral e os bons costumes da época. A quebra da hierarquia social: a cabocla é investida de um poder ao qual Natividade se submete; o nivelamento de duas crenças (ou religiões) que ocupam espaços diferenciados na formação

da sociedade brasileira: o catolicismo, dos colonizadores, e o espiritismo não-científico (*sic*), trazido pelos negros vindos da África. Esse nivelamento se apresenta discursivamente quando a cabocla sugere o conflito entre os gêmeos, filhos de Natividade, o que reporta às imagens arquetípicas de *Esau e Jacó*, que, por darem título ao livro, é uma nota que se reapresenta de imediato na mente do leitor.

Encerrada a consulta, se estabelece imediatamente a finalidade comercial do encontro. Natividade gratifica com bens materiais (dez mil-réis) os bens simbólicos que acaba de receber: o sonho de um futuro glorioso para os filhos.

O BANQUETE DAS ALMAS

Se para Natividade não há entraves entre o mundo dos bens simbólicos e o mundo dos bens materiais, posto que o segundo lhe assegura o primeiro, o mesmo não ocorre com o irmão das almas, ao qual Natividade confia dois mil-réis para que sejam empregados na missa das almas. Depositário de tão alta quantia e sem a tranqüilidade material de Natividade, o *banqueiro* das almas, responsável pela manutenção do mundo eterno, se vê momentaneamente afligido com as questões éticas já tão enfraquecidas pela nova ordem econômica e social – o capitalismo e o surgimento de uma classe burguesa inescrupulosa.

Claro é que essa lucidez não ocupa os pensamentos do pobre pedinte. Sua questão é mais pragmática. Seu tempo é o presente. Seu mundo, o das necessidades imediatas. Portanto, seu conflito não dura mais do que o curto caminho que o leva à igreja, quando se dá conta, pela esmolas miseráveis que recolhe no trajeto, que aquela era uma oportunidade única. Na polifonia de vozes da sua consciência, a vontade de viver se expressa com mais vigor, se sobrepondo aos outros seres, nesse conflito da vontade de viver consigo mesma, e fazendo da representação apenas um instrumento para alcançar o seu

objetivo, como demonstrou Schopenhauer, no clássico *O mundo como vontade e representação*.

[...] ouviu uma voz débil como de almas remotas que lhe perguntavam se os dous mil-réis... Os dous mil-réis, dizia outra voz menos débil, eram naturalmente dele, que, em primeiro lugar, também tinha alma... (ASSIS, 1988, p. 26).

No capítulo LXXV, “Provérbio errado”, o narrador, aludindo a esse acontecimento, cita uma retificação feita por Aires a um conhecido adágio: “A ocasião faz o furto; o ladrão nasce feito”, dando um sopro de vida ao ditado: “A ocasião faz o ladrão”, palavras essas já tão desgastadas pelo uso.

DE FIGURANTE A COADJUVANTE

Esquecido ao longo da narrativa, o irmão das almas ressurgue à cena vinte anos depois desse episódio. É outro homem na aparência e ostenta uma riqueza que teve início nos dois mil-réis tomados de empréstimo às almas. Deixou de ser um insignificante figurante, passando a ser um coadjuvante com aspiração ao papel principal. O acesso ao mundo material trouxe-lhe a reboque o registro civil: Nóbrega, como o narrador passa a nomeá-lo.

ENFIM ATOR PRINCIPAL

No teatro do círculo restrito dos eleitos, Nóbrega é a própria representação de uma pequena-burguesia. Deserdado de qualquer educação formal, imita caricatamente a burguesia local, a qual, por sua vez, busca o seu modelo nas praças da Europa. Cópia da cópia, protagoniza uma cena grotesca, que é descrita e comentada pelo personagem Aires no capítulo LXXIV: “Casos há – escrevia o nosso Aires – em que a impossibilidade do cocheiro na boléia contrasta com a agitação do dono no interior da carruagem, fazendo crer que é o patrão

que, por desfastio, trepou à boléia e leva o cocheiro a passear.” (ASSIS, 1988, p. 161)”

O que se depreende da situação apresentada é a carnavalização (como a entendeu M. Bakhtin) das relações e dos valores estabelecidos no regime monárquico. A inversão de valores e comportamento é própria de um mundo em crise. Naquele momento de transição da sociedade brasileira “a vida é desviada das sua ordem ‘habitual’, em certo sentido uma ‘vida às avessas’, um ‘mundo invertido’ (“monde à l’envers”)”. (BAKHTIN, 1981, p. 105).

O RITUAL E O ESPETÁCULO

No esquema de Machado de Assis, em que duas ordens de valores se rivalizam em pé de igualdade, Santos é o duplo de Nóbrega, numa outra escala social. Diferente deste, Santos não é atormentado por qualquer tipo de conflito ético. É ao mesmo tempo ator e diretor das cenas de fausto que costuma promover em público. Como pontos em comum, têm a origem humilde, sem tradição, e a ascensão através da especulação com o capital alheio.

Santos é um representante da classe burguesa de origem rural que enriqueceu com o jogo especulativo na bolsa de valores. Como não faz parte das oligarquias que giram em torno do poder monárquico, se vê obrigado a fazer nomeada, repetindo com pompa os espetáculos públicos habituais à aristocracia.

É no quinto capítulo do romance, com a apresentação desse personagem, que Machado de Assis delimita a ordem de valores que rege aquela sociedade. A missa do *coupé* parece sem propósito para Natividade, que, apesar de dominar o jogo da sedução, não compreende a importância da máscara no jogo social. Contudo, para Santos, aquele espetáculo tem a função de marcar, como um ritual de passagem, a sua entrada numa outra posição social e se desligar do seu passado na província de Maricá.

Para o espetáculo da missa, Santos toma todos os cuidados necessários, a começar pela escolha da igreja que, nas palavras do narrador, “não era vistosa, nem buscada, mas velhota, sem galas nem gente, metida ao canto de um pequeno largo”. O anúncio da missa estava de acordo com os propósitos de Santos, sem nome de quem mandara rezar, sem hora e convite, e o defunto, que era um mero detalhe em toda essa formalidade, tivera o nome reduzido para João de Melo, e não João de Melo Barros.

Na memória de Natividade as palavras misteriosas da cabocla vinham se juntar a esse ato quase indecifrável do marido.

Longe dos seus pares, na periferia, Santos repete, em meio àquela gente pobre, o cortejo imperial. A exemplo do que ocorria nas aparições públicas do imperador, a simples presença de Santos e Natividade é suficiente para atrair atenção curiosa daquela platéia anônima. Esvaziado do sentido ritual do poder monárquico, o ato se transforma em espetáculo. A missa em si, objeto da visita do casal à igreja, bem como o motivo da missa (o falecimento de um parente) são secundários. “A missa foi ouvida sem pêsames nem lágrimas.” E a importância da alma celebrada é mensurada pelos distintivos de riqueza material: o carro de luxo, a nota de dez mil-réis entregue como paga ao sacristão, apresentados pelo parente ilustre, patrocinador da missa. Observe-se que a quantia ofertada ao sacristão é a mesma que Natividade pagou à cabocla, estabelecendo assim uma equivalência pelo valor de troca de atos simbolicamente distintos.

O RITO DE INICIAÇÃO

Machado faz, em *Esau e Jacó*, um retrospecto de quase vinte anos antes da proclamação da República. E nos mostra que sob o regime monárquico a nova classe dirigente vai se formando e buscando se parecer nos hábitos e costumes com aristocracia. “A condição para introduzir-se junto à aristocracia

era aristocratizar-se, isto é, elevar o ‘modus vivendi’ da família pela adoção dos costumes e dos valores europeus, exigência indispensável para se obter um título nobiliárquico.” (MURICY, 1985, p. 53)

Num trecho do capítulo sétimo, Machado mostra esse aspecto de submissão de um comportamento mais expansivo e espontâneo, denotativo de uma classe social, a um outro comportamento mais sisudo e formal, preocupado com a etiqueta das “almas bem nascidas” (ver a epígrafe do livro). No referido capítulo, a passagem que se segue é exemplar do fenômeno apontado acima: “Sem reparar no vexame da mulher, Santos deu um abraço à cunhada, e ia dar-lhe um beijo também, se ela não recusasse [...]. Santos conservara alguns gestos e modos de dizer dos primeiros anos, tais que o leitor não chamará propriamente familiares [...]. Santos, meio arrependido da expansão, fez-se sério [...]” (ASSIS, 1988, p. 33)

Santos tem consciência deste rito de passagem, portanto faz da sua vida e da vida da família um espetáculo público, pois precisa do reconhecimento daqueles dos quais ele pretende ser par, podendo assim participar do círculo dos eleitos e conseguir um título de nobre. O que só virá a acontecer dez anos passados após “a missa do coupé”. “Natividade não sabia que fizesse; dava a mão aos filhos, ao marido, e tornava ao jornal para ler e reler que no despacho imperial da véspera o Sr. Agostinho José dos Santos fora agraciado com o título de Barão de Santos.” (ASSIS, 1988, p. 59/60).

Esse acontecimento demonstra de forma cabal como o mundo aristocrático, articulado por uma concepção essencialista, vai dando lugar a um mundo articulado pela aparência. Se para Santos a aquisição do título de barão é um indício de ascensão social, para a ordem aristocrática é um testamento da falência do regime de valores que sustentava a monarquia.

O EL-DORADO, BRASIL

As fortunas de Santos tanto quanto a de Nóbrega têm a mesma origem, a especulação e o roubo. Fato apontado nos capítulos: III, quando Nóbrega furta os dois mil-réis ofertados às almas por Natividade; IV, quando o narrador nos esclarece que Santos, provinciano de Maricá, também era pobre e que enriqueceu por ocasião da “febre das ações” em 1855, ganhando muito e fazendo a ruína de outros.

Machado era um grande conhecedor dos artifícios inescrupulosos do tempo de encilhamento e, como funcionário do governo republicano de Marechal Floriano Peixoto, se manifestou em 30 de maio de 1892, através da via administrativa, com uma ação acauteladora do interesse público, pedindo a anulação da patente de uma “invenção” de um aventureiro americano chamado George Boynton.

Sob o de “Relatório de Invenção” o postulante dissimulava uma vasta especulação por sorteio. Descoberta por Machado de Assis na sua leitura minuciosa do *Diário Oficial*, do dia 30 de maio de 1892, este se manifestou prontamente no mesmo dia, fundamentando seu pedido para que a concessão da patente fosse anulada o mais breve possível. A patente, que fora concedida em 18 de fevereiro de 1892, depois de várias interpelações de Machado de Assis, com despachos desfavoráveis, teve sua revogação oficializada em 08 de novembro de 1892. (MAGALHÃES JUNIOR, 1981, vol. O3, p. 200-211).

Esse episódio, bem como muitos outros, inspirara o capítulo LXXII, “Um El-Dorado”, no qual Machado volta à carga contra a especulação que tomou conta do Império nas suas últimas décadas e da República no seu início. No trecho a seguir pode-se ter uma idéia aproximada do escândalo que foi esse episódio na vida da incipiente nação brasileira: “Certo, não lhe esqueceste o nome, encilhamento [...]. Quem não viu aquilo não viu nada. Cascatas de idéias, de invenções, de concessões rolavam todos os dias, sonoras e vistosas para se

fazerem contos de réis, centenas de contos, milhares, milhares de milhares, milhares de milhares de milhares de milhares de contos de réis.” (ASSIS, 1988, p. 159)

Toda a situação narrado no capítulo, em que Santos explica a Batista o seu novo empreendimento, é semelhante à do aventureiro norte-americano que buscava a fortuna fácil, na terra que, no imaginário daquela época, se configurava como o lugar idílico, cheio de riquezas à disposição daqueles que aqui quisessem se aventurar.

Sobre aquele período histórico de franca especulação, que teve início no ano de 1851 (quando Machado tinha apenas 12 anos), dirá Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*: “A ânsia de enriquecimento, favorecida pelas excessivas facilidades de crédito, contaminou logo todas as classes e foi uma das características notáveis desse período de ‘prosperidade’.” (HOLANDA, 1995, p. 77)

Esau e Jacó, romance dos mais complexos de Machado, é também uma síntese do contexto histórico e da ambivalência das instituições brasileiras nos cinquenta anos que compreendem as décadas finais da Monarquia e a primeira década do governo republicano no Brasil. É nesse ambiente de debilidade institucional, entre o final de um regime e o início de outro, que o “capitalismo predatório”, como o qualificou José Murilo de Carvalho, no seu livro *Os bestializados*, vai encontrar campo fértil na burguesia brasileira ascendente, sem a tradição política da aristocracia: “[...] se deu a vitória do espírito do capitalismo desacompanhada da ética protestante.” (CARVALHO, 1987, p. 26).

Pode-se dizer que o personagem Santos e o retrato modelar dessa nova classe social que, na falta do Imperador, elege como heróis os grandes especuladores da bolsa, como afirma ainda José Murilo de Carvalho, que em outro trecho revela uma perversão da política econômica daquela época, que nos acompanha até os dias de hoje, sendo já um traço da cultura brasileira: “A confiança na sorte, no enriquecimento

sem esforço em contrapartida ao ganho da vida pelo trabalho honesto parece ter sido incentivado pelo surgimento do novo regime.” (Idem, p. 28)

Essas análises demonstram que Machado de Assis estava atento às questões da formação do imaginário da sociedade brasileira em sua época. Soube apontar com fina ironia as contradições da classe dirigente que chegou ao poder com a República. Pode-se afirmar que *Esau e Jacó* traz em suas páginas, como pudemos ver, os tipos que se estabeleceram com o “encilhamento” e a extensão do liberalismo econômico aos costumes e valores da burguesia capitalista que se fartou com a política econômica da época. A ascensão da família Santos, retrato fiel de uma burguesia brasileira, caricata e ignorante, demonstra o grotesco do processo de aristocratização de um grupo social que vislumbrou na mudança político-social, que então ocorria, uma oportunidade de fazer parte do reduzido grupo que governava o país.

Não se deve esquecer que Machado publicou *Esau e Jacó* em junho de 1904, quase quinze anos após a proclamação da República, tendo, portanto, presenciado a gênese de todo o processo que culminou com a mudança de regime. Leitor atento de tudo que ocorria à sua volta, Machado legou-nos, não apenas uma análise da alma humana (como sempre se afirma), mas um tratado de história e sociologia, no qual até hoje se pode debruçar para melhor entender como se constitui o imaginário, que orienta a vida da classe dirigente no Brasil.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Rio de Janeiro: Liv. Garnier, 1988.

BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro*

e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *Vida e obra de Machado de Assis*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1981.

MURICY, Kátia. *A razão cética: Machado de Assis e as questões do seu tempo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

Recebido em 20/08/2008
Aprovado em 20/09/2008